



ESCRavidÃO E CULTURA MARÍTIMA: O CASO DO ESCRAVIZADO MARINHEIRO ANASTÁCIO (RIO GRANDE, 1873).

DOUGLAS REISDORFER¹; JONAS MOREIRA VARGAS²

¹Universidade Federal de Pelotas – dglreisdorfer@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jonasmvargas@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretendo apresentar a pesquisa que estou desenvolvendo como Trabalho de Conclusão de Curso. Nela, faço um estudo sobre cativos marinhos através de processos-criminais da comarca de Rio Grande, entre 1871 a 1888. O recorte espacial foi selecionado por se tratar de uma importante cidade portuária, lugar privilegiado para o estudo do mundo laboral marítimo; o recorte temporal, por sua vez, refere-se ao contexto de desagregação do escravismo. Aqui, com o intuito de mostrar uma parcela do estudo desenvolvido, analiso o processo-crime de Anastácio, escravizado, réu acusado de ferir durante um confronto à bordo o contramestre da embarcação em que trabalhava como marinheiro. Esta pesquisa insere-se na História Social da Escravidão, mas também nos estudos sobre cultura marítima e marinheiros. Com isso, desejo contribuir para o melhor entendimento do mundo do trabalho marítimo do final do século XIX, sobretudo o de Rio Grande. Quero também adentrar nas vivências dos escravizados de ofício marinheiro, a fim de aprofundar os conhecimentos sobre as condições em que estes sujeitos viviam e trabalhavam e sobre como resistiam à dominação a que estavam submetidos.

A história social da escravidão é um campo de pesquisa já muito bem consolidado na historiografia brasileira. Desde a década de 1980, os historiadores têm buscado apreender a experiência e a agência dos escravizados, o sentido que eles atribuíam à sua vida naquela sociedade; isso implicou em novos temas de pesquisa e outras fontes, em que a violência da escravidão era já um ponto de partida da análise (CHALHOUN; SILVA, 2009). Não se olha mais para os escravizados a partir de uma perspectiva dicotômica, em termos de passividade ou rebeldia contra o sistema. Compreende-se hoje que estes sujeitos estiveram mais comumente no meio termo, de resistir e forçar à negociação, pendendo para uma ou outra atitude a depender das circunstâncias; esta "negociação", contudo, não implica afirmar que a escravidão era harmoniosa, mas que junto da violência que a caracterizava havia um espaço de barganhas e conflitos cotidianos (REIS; SILVA, 1989). Outra importante palavra nesse sentido é "resistência". Se antigamente só se consideravam as formas mais radicais de enfrentamento àquele sistema (fugas, quilombos, revoltas etc.), hoje esta noção abrange também as agências que buscavam pressionar os senhores, conquistar melhores condições de sobrevivência dentro do cativeiro, etc. Acerca disso:

O antagonismo existente entre senhores e escravos não se manifestava apenas em alguns momentos das relações entre ambos - quilombos e assassinatos -, mas permeava o dia-a-dia escravista. Resistir significava a utilização estratégica das normas sociais, a valorização de microscópicos e altamente significativos gestos e comportamentos, que não só tornavam a estúpida realidade do cativeiro suportável, como contribuíam decisivamente para a corrosão desse sistema (MOREIRA, 2006, p. 230).



Pensar a cultura marítima, isto é, a vida dos trabalhadores do mar, também se faz importante para este trabalho. É notório que, para os que viviam à bordo, a vida era marcada por muitos sofrimentos - como o baixo soldo ou a alimentação precária. Mas se isto é relevante para caracterizar a cultura marítima, é preciso considerar também outros elementos. Havia a mobilidade destes trabalhadores, que os colocava em contato com culturas de variadas regiões do mundo; e as diversidades que marcavam aquele universo: diferenças sociais, etárias, religiosas, étnicas etc. Unidade só havia no gênero, por se tratar de um espaço marcadamente masculino. (RODRIGUES, 2005). A historiografia sobre o trabalho marítimo, por sua vez, atesta a presença significativa de escravizados marinheiros nas embarcações brasileiras: na navegação de longo curso ou de cabotagem, no tráfico transatlântico de escravizados etc. (RODRIGUES, 2005; SILVA, 2001). E também em Rio Grande constata-se sua presença (OLIVEIRA, 2013).

2. METODOLOGIA

Em se tratando de uma pesquisa que utiliza autos criminais como fonte, algumas possibilidades se apresentam: estudos quantitativos; uso do processo-crime para acessar as relações sociais, valores, costumes e cotidiano dos segmentos subalternos da sociedade. Aqui, a abordagem que pretendo realizar é a segunda, já consagrada em diversos estudos da história social da escravidão. Alguns trabalhos clássicos do tema que empregaram processos criminais como fonte são os de Sidney Chalhoub (1990), Maria Helena Machado (2018) e Maria Cristina Wissenbach (1998), por exemplo. Tratam-se de documentos oficiais, voltados à resolução do crime; enquanto parte do judiciário, são marcados pela linguagem jurídica e também pela intermediação do escrivão, que se coloca entre os participantes dos processos (réu, testemunhas, etc.) e o que é colocado no papel (MACHADO, 2018). Apesar disso, é uma fonte fundamental para o estudo da escravidão. Para desvelar o acontecido, o auto criminal adentra a vida dos sujeitos envolvidos:

Ao se conduzir pelo objetivo maior, qual seja, comprovar e julgar o evento criminoso, as autoridades judiciárias legaram registros nos quais, *a priori*, nenhuma acepção seletiva condicionou o que seria anotado. Ao sabor das investigações e dos testemunhos ora penetravam nas relações sociais, ora recuperavam fragmentos do mundo do trabalho, ora ainda refaziam redes de parentesco, de amizade e de vizinhança inscritas no crime. (WISSENBACH, 1998, p. 40).

Em outras palavras, ao interrogar as partes e testemunhas e inquirir sobre os fatos, o auto criminal deixa entrever a vida daqueles sujeitos; podem nele aparecer informações que, se para a resolução do crime pouco importam, para o historiador que procura entender a sociedade que produziu a fonte são cruciais. Neste tipo de análise, portanto, interessa menos a veracidade dos inquéritos (se o acusado cometeu ou não a falta) e mais os significados sociais, valores e vivências que emergem do processo criminal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o Trabalho de Conclusão de Curso, na comarca e período estudados encontrei seis autos criminais pertinentes - cinco de escravizados marinheiros, um envolvendo marítimo liberto. Todos se encontram no Arquivo Público do Estado do



Rio Grande do Sul (APERS). A pesquisa está em fase inicial, mas já possibilitou alguns resultados. Aqui, falarei especificamente do processo de Anastácio, mas é importante dizer que algumas das questões levantadas nele também podem ser observadas nos outros. Primeiro, apresentarei o processo-crime. Durante viagem do Rio de Janeiro a Rio Grande, às 8 horas da manhã de 18 de agosto de 1873 à altura de Santa Catarina, a mando do contramestre, Anastácio, escravizado, subiu para o convés quando era realizada a baldeação do Brigue Sublime. Segundo consta nos autos, Anastácio não "deu louvado" ao contramestre José Alves Vianna, ao que este chamou sua atenção e por isso jogou sobre ele um balde d'água. A alegação do ofendido e testemunhas é que após isso Anastácio, em atitude de provocação, urinou no convés. O relato do réu, por sua vez, é que havia se dirigido ao convés para ajudar a baldear o navio e por não dar louvado ao contramestre foi por ele agredido e espancado. Em seguida, reagindo às agressões, Anastácio puxou uma faca que portava e desferiu facadas contra Alves Vianna, ferindo-o. A tripulação ajudou o contramestre e amarrôu Anastácio.

O estudo trouxe alguns resultados e discussões para os conhecimentos sobre o universo laboral marítimo da época e a vida à bordo de escravizados marinheiros. Primeiro, foi possível averiguar a dimensão atlântica do trabalho marítimo de forma geral, e do de Rio Grande em particular. De muitas partes do Atlântico são os trabalhadores que figuram no processo: Anastácio é africano nagô, várias testemunhas são marinheiros portugueses, há também o cozinheiro, que é de Luanda. O conflito se desenrolou em alto mar, em uma embarcação da Bahia, sendo tudo isso demonstrativo das ligações de Rio Grande com várias regiões do Atlântico. Outro elemento que chamou a atenção na fonte estudada foi a residência dos marítimos. Durante os interrogatórios, quando perguntados sobre onde residiam, constava que os marinheiros residiam à bordo do navio em que trabalhavam. Na verdade, isso apareceu até mesmo para o contramestre. O que nos leva a pensar o significado desta informação: se uma simplificação do escravidão, por passarem os marinheiros a maior parte do tempo no navio; se de fato moravam no navio e não tinham moradia em terra.

As motivações do confronto suscitam algumas reflexões sobre as vivências de escravizados à bordo. A despeito das divergências entre o relato de Anastácio e os proferidos pelas testemunhas e ofendido, parece assente o fato de que "dar louvado" aos superiores da hierarquia era prática habitual no Brigue Sublime, e Anastácio não tê-lo feito foi o motivo principal da fúria do contramestre. Isso remete, primeiro, à rígida disciplina naval e às diferenças sociais que perpassavam este universo laboral. As agressões que Anastácio recebeu por isso levanta a hipótese de que as sofreu por ser escravizado. Possivelmente, a violência, as agressões e as punições que ele e outros escravizados marinheiros recebiam eram mais cruéis que aquelas que outros marinheiros sofriam, embora mais investigações sejam necessárias para afirmar isto com segurança. Por outro lado, o ato de não dar louvado ao contramestre, em se tratando de prática cotidiana, pode significar um protesto intencional e sutil a uma situação laboral que Anastácio, em sua perspectiva, rejeitava ou considerava injusta. E até mesmo urinar no convés, considerando-se o interrogatório do ofendido e testemunhas, pode ser uma forma de contestação frente a um oficial - o contramestre - que dispensava aos marinheiros - ou a Anastácio em particular - um tratamento degradante. Estas formas de resistir dos marinheiros não são inéditas na historiografia. Oliveira (2013), por exemplo, analisou um auto criminal de um escravizado marítimo que não cantava quando içava as cordas, o que para o autor era uma contestação silenciosa.



4. CONCLUSÕES

O trabalho marítimo e o cativo à bordo durante o século XIX não são temas inexplorados na historiografia brasileira, mas ainda há muito para ser estudado a fim de se entender melhor a vida dos trabalhadores do mar e de escravizados de ofício marinho. Ainda é preciso investigar muito para entender melhor como interpretavam o mundo do trabalho no qual estavam inseridos e quais resistências e protestos opunham à rígida disciplina que lhes acometia. Este trabalho inova na medida em que traz uma breve contribuição para o aprofundamento destes temas, propondo algumas reflexões sobre o viver à bordo e o mundo do trabalho marítimo de Rio Grande.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGES, Jaime. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780 - 1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

Capítulo de livro

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justicando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: Império. Vol. 2. Porto Alegre: Méritos, 2006. p. 215-230.

Artigo

CHALHOUB, Sidney. SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, p. 14-45, 2009.

Tese/Dissertação/Monografia

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas**: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864). 2013. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.